

# FOLCLORE, IDENTIDADE E CULTURA

Danielle Conte DELBEM \*

## RESUMO

O objetivo desse artigo é identificar e demonstrar a ligação que o folclore apresenta com a cultura e a identidade. Opomo-nos a que o folclore seja lembrado somente no mês de agosto, como se as manifestações folclóricas fossem expressas apenas pela camada popular, não participando do saber erudito ou acadêmico. Fazendo uma reflexão mais profunda sobre essa visão, demonstro como ela se torna inconsistente, uma vez que os termos cultura e identidade estão constantemente incluídos no saber acadêmico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Folclore. Identidade. Cultura. Resistência.

## Introdução

Através de uma simples pesquisa num dicionário, observamos que cultura possui duas concepções, uma remete aos aspectos de uma realidade social, a outra ao conhecimento, às idéias e às crenças de um povo (SANTOS, 2006). Portanto cultura não é um aprendizado oriundo apenas do universo escolar ou acadêmico.

Em relação à palavra identidade, busco repensar, por intermédio de outro teórico, o sentido desse termo, através de um diálogo entre parte das idéias de Carlos Rodrigues Brandão, autor do livro *“O que é folclore”*, e um búlgaro que assistia a uma festa folclórica em Pirinópolis.

O búlgaro que conheci em Pirinópolis continua falando e me dizia que, quem sabe? Por isso, festa como aquela em Goiás tocava fundo nele. “As pessoas parecem que estão se divertindo”, disse, “mas elas fazem isso para saber quem são”. (BRANDÃO, 2000, p.10)

Porém, por que o folclore e todas as suas manifestações não conseguem adentrar o meio acadêmico? Neste artigo, buscamos, em parte, responder esta pergunta.

## O surgimento da palavra “folclore” e os primeiros estudos.

Em 22 de agosto de 1846 cria-se a palavra FOLK-LORE, “saber tradicional do povo”, através das pesquisas do arqueólogo inglês William John Thoms. Por meio da coletânea de contos, lendas, provérbios, adivinhas, mitos, adágios, canções, narrativas, e dizeres populares, transmitidos oralmente, organizada por Thoms, mostrava-se seu interesse nas chamadas “Antiguidades Populares” (FRADE, 1997).

Próximos ao seu trabalho, se encontravam os irmãos Grimm na Alemanha, que rastream as origens das tradições populares e publicaram as obras *Dicionário*, *Gramática* e a *Mitologia Alemã*, influenciando estudiosos do século XIX (FRADE, 1997).

O surgimento da palavra “folclore”, vista agora como fonte de estudo, necessitava de um maior aprofundamento científico. Para discutir essas questões, os cientistas Edward Tylor,

\* Especialista em Gestão Educacional pela UNICAMP. Gestora da Rede Pública Estadual e docente do curso de Licenciatura em Geografia do UNAR – Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson”.

Andrew Lang, George Gomme e Thomms, fundaram, em 1878, a “Folklore Society” (Sociedade Folclórica) em Londres. A associação proporcionaria debates envolvendo as questões folclóricas, tendo como objetivo “a conservação e a publicação das tradições populares, baladas lendárias, provérbios locais, ditos vulgares, superstições, antigos costumes e demais materiais concernentes a isso” (ALMEIDA *apud* FRADE, 1997, p.10).

Em 1884, essa mesma associação propõe uma nova discussão sobre o sentido e a abrangência do termo “folclore”, por não estar satisfeita com as indagações que se faziam (FRADE, 1997). Depois de inúmeros debates, acaba-se considerando folclore os estudos das:

I – Narrativas tradicionais (contos populares, contos de heróis, baladas e canções, lendas); II – Costumes tradicionais (costumes locais, festas consuetudinárias, cerimônias consuetudinárias, jogos); III – Superstições e crenças (bruxaria, astrologia, superstições e práticas de feitiçaria); IV – Linguagem popular (ditos populares, nomenclatura popular, provérbios, refrões e adivinhas). (ALMEIDA *apud* FRADE, 1997, p.11)

Todas essas discussões sobre o estudo e o registro do folclore chegam à América, onde foi fundada, em 1888, a “American Folklore Society” (Sociedade Americana de Folclore). Devido a uma composição étnica diferenciada, o estudo da área do folclore foi ampliado, sendo estabelecidas quatro categorias:

I – Cantos, as crenças, os dialetos, etc.; II – O acervo literário dos negros localizados nos Estados do Sul; III – Os usos e costumes presentes, sobretudo entre as populações do México e do Canadá Francês; IV – As narrativas, contos e mitos dos índios norte-americanos (ALMEIDA *apud* FRADE, 1997, p.11).

Esse alvoroço intelectual sobre o folclore atraiu cientistas de outras áreas, acirrando a polêmica iniciada pelos fundadores da “Folklore Society” londrina (Sociedade Folclórica londrina): Raffaele Corso e Giusepe Pitré, na Itália; Poul Saintyves, Arnold Van Gennep, e Jean Paul Sébillot, na França; Guilhem Wundt, na Alemanha; Albert Marinus, na Bélgica; Stith Thompson e Franz Boas, nos Estados Unidos; e muitos outros (FRADE, 1997, p.11-2).

O mesmo processo se aplica no Brasil. As discussões sobre o conceito do folclore tornaram-se muito mais acirradas, sendo protagonizadas por estudiosos como João Ribeiro, Renato Almeida, Rossini Tavares de Lima, Luís da Câmara Cascudo, Amadeu Amaral, Édison Carneiro, Mário de Andrade, Sílvio Romero, Lindolfo Gomes e Florestan Fernandes, entre outros.

### **O folclore no Brasil: o surgimento da primeira Carta do Folclore Brasileiro.**

Os debates folclóricos no Brasil deram origem ao I Congresso Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1951, onde muitos dos folcloristas citados acima debateram sobre as características que foram atribuídas ao folclore, como: o anonimato, a transmissão oral, a antiguidade ou tradicionalidade, a sobrevivência e o conceito de civilidade dos povos. É importante salientar que essas conceituações sobre folclore, colocadas principalmente pelos europeus, advinham de um período histórico, onde o evolucionismo inglês de Darwin e Herbert Spencer e a filosofia positivista de Augusto Comte eram paradigmas

adotados para manter a estabilidade da burguesia, sendo que encontramos traços dessas idéias até hoje em nossa sociedade (FERNANDES, 2003).

Fazendo um estudo mais aprofundado desses conceitos, percebemos, em relação ao anonimato, que este se caracteriza por o fato folclórico não possuir um autor conhecido, condição que causa muita polêmica. Pois, como iríamos explicar as poesias e os contos repentistas, além de algumas obras artesanais que possuem autores? Portanto, como afirmou Renato Almeida, no livro “*A inteligência do folclore*”, “se recuarmos no tempo e conseguirmos chegar às origens, vamos encontrar sempre o indivíduo – o autor” (ALMEIDA, 1974, p.48).

Porém, o conceito “anonimato” também pode se referir à apropriação da criação folclórica pelo povo (mitos, lendas, ditos e outras manifestações populares), mas nem toda criação folclórica é anônima. Afinal, se a cultura erudita tem sempre o seu autor, por que a cultura popular não pode ter?

O mesmo ocorria com o conceito da transmissão oral, onde o conhecimento folclórico era avaliado apenas pela oralidade, o “ouvi dizer”, algo completamente excludente. Não sendo considerados folclore, outros aspectos da cultura popular como o artesanato e as manifestações escritas como a literatura de cordel se encaixam nessa idéia. Como disse Roberto Benjamin, em palestra apresentada no IV Seminário de Ações Integradas em Folclore, ocorrida em agosto de 2001:

Por outro lado, estudos no âmbito da literatura popular vêm redimensionando o conceito oralidade, a partir da constatação de existência de matrizes escritas na transmissão oral, isto é, o que se presumia que houvesse sido transmitido oralmente teve uma fase de transmissão através da escrita (como alguns contos populares) e até mesmo através do cinema (de que é exemplo a história de Cinderela). Luís da Câmara Cascudo demonstrou, pioneiramente, a existência de matrizes escritas no estudo publicado sob a denominação de *Os cinco livros do povo* (BENJAMIN, 2001, [s.n.]).

Já os conceitos “tradicionalidade” ou “antiguidade”, “sobrevivências” e “sociedade civilizada” estavam comprometidos com a filosofia positivista de Comte, que consiste na sistematização da lei dos três estados: o religioso, o metafísico e, posteriormente, o positivo, estágios pelos quais a sociedade devia passar gradualmente para atingir o “progresso”.

De acordo com Comte, o estado positivo seria obtido pela explicação racional e científica de todos os fenômenos, inclusive os sociais, mas de acordo com a teoria evolucionista necessitava explicar a existência de “sobrevivências”, estágios primitivos da “cultura”. A palavra “cultura”, para os estudiosos da época, significava o conhecimento transmitido pela forma escrita do saber, bem como todas as conquistas científicas que constituíam o patrimônio da classe dominante.

O estudo dessas sobrevivências emanadas do “povo” caracterizava o folclore, pois o “progresso” não atingiria a todos uniformemente. Em síntese, o objeto do folclore seria o estudo dessas “sobrevivências”, dos valores culturais da antiguidade, algo ultrapassado e estático, ou como diria Saintyves, folclorista da corrente européia: “O folclore é a ciência da cultura tradicional nos meios populares dos países civilizados” (*apud* FERNANDES, 2003, p.41).

A idéia de Saintyves sobre a definição de folclore, carregada de juízo de valor, vai influenciar o Congresso Internacional de Folclore, ocorrido em São Paulo, em agosto de 1954, após a publicação da Carta do Folclore Brasileiro em 1951. Nesse encontro, a Comissão Paulista de Folclore, relatada pelos professores Rossini Tavares de Lima, Oracy Nogueira e Lizete Nogueira, consideram o fato folclórico a partir do seguinte conceito: “Toda maneira de sentir, pensar e agir, que constitui uma expressão da experiência peculiar de vida de qualquer coletividade humana, integrada numa sociedade civilizada” (*apud* LIMA, 2003, p.17). Essa caracterização do fato folclórico como sendo atributo exclusivo da camada popular, e não pertencente à camada civilizada da sociedade, ocasionou inúmeros protestos, principalmente de Renato Almeida, folclorista brasileiro, e Albert Marinus, belga estudioso do folclore (ALMEIDA, 1974).

A mesma situação de discordância quanto à consideração de fato folclórico adotada pela Comissão Paulista de 1954 foi percebida na Carta do Folclore Brasileiro, aprovada no Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, em 1951, onde o fato folclórico foi caracterizado da seguinte maneira:

As maneiras de pensar e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. (LIMA, 2003, p.15)

A Carta do Folclore Brasileiro também discordava principalmente da caracterização dos conceitos “tradicionalidade”, “antiguidade” e “oralidade”, adotados pela Comissão Paulista do Folclore, sendo que essa Carta propunha ainda um novo conceito a ser utilizado, “aceitação coletiva”. Esse novo conceito folclórico advém do reconhecimento, como realidade folclórica, de fatos sem fundamento tradicional, como descreve um dos trechos da Carta do Folclore Brasileiro:

São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular (LIMA, 2003, p.16).

Porém, muitos folcloristas continuam adotando conceitos difundidos pelo Congresso Internacional do Folclore de 1954, em que o folclore é visto como manifestação exclusiva do “povo” inculto. Contrariando a Carta do Folclore Brasileiro de 1951, Florestan Fernandes, em seu livro “*O folclore em Questão*”, observa:

É fácil verificar, como fizemos numa pesquisa, em São Paulo, que os mesmos elementos folclóricos ocorrem, indistintamente, em ambos os meios ou classes sociais. Os provérbios, as mesmas “superstições” e as mesmas “crendices”, os mesmos contos e as mesmas lendas etc. são igualmente usados por indivíduos do “povo” ou das classes “altas” e “cultas” [...] o pobre [...] só não joga tênis provavelmente porque não pode, nada impedindo ao burguês o jogo de malha, enquanto a elevação do padrão de vida muitas vezes facultava ao primeiro recreações caras - o tênis inclusive -, permitindo-lhe manter, até, um estilo de vida quase burguês. Em outros casos, há costumes que são conservados apenas nos níveis mais elevados, desaparecendo nos mais baixos, como a apresentação da filha à

“sociedade”, como é comum em São Paulo e no Rio de Janeiro etc. (FERNANDES, 2003, p.45-6).

### **A nova Carta do Folclore Brasileiro e suas discussões.**

Os debates folclóricos exigiram a necessidade de se rever a primeira Carta do Folclore Brasileiro, produzida no ano de 1951. Em 1995, no VIII Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em Salvador, Bahia, de 12 a 16 de dezembro, procedeu-se à tão esperada releitura desse documento, ficando assim caracterizado o fato folclórico:

Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individualmente ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a Unesco. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos. (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1995 [s.n.])

Através da releitura da Carta do Folclore Brasileiro é possível entender que o fato folclórico surgiu da criação do povo e que é por todos aceito, desmistificando sua existência em guetos, nos fazendo pensar que todos são portadores de folclore, nas suas superstições, piadas, remédios caseiros, correntes de oração, ditos populares e provérbios. A mesma condição se aplica a frases feitas como: “Saúde”, quando alguém espirra; “São Brás”, para quem se afoga; “São Longuinho, São Longuinho, se eu achar, dou três pulinhos”; e outras que são faladas e vivenciadas por todos, independentemente do seu grau de instrução.

Portanto, todos nós vivenciamos o folclore no dia-a-dia. Por que só lembramos dele em agosto, como se ele fosse algo estranho a nossa realidade? Essa estranheza ao folclore é sentida principalmente no estado de São Paulo, em especial nas cidades mais urbanizadas. Não percebemos isso na Bahia, em Minas Gerais ou em outros estados onde as manifestações folclóricas são constantes, inclusive utilizadas em seu aspecto turístico.

Acreditamos que o preconceito em relação às manifestações folclóricas, fato notado principalmente no estado de São Paulo, advém do processo de urbanização, muito rápido, sofrido por esse estado, onde o novo homem, membro de um sistema capitalista, gerado pela sociedade industrial, não poderia cultivar valores que não expressassem a “cultura erudita”. Afinal, como São Paulo seria a “locomotiva do Brasil”? O novo homem paulista teria que se distanciar ao máximo do personagem de Monteiro Lobato, o Jeca Tatu, pois ele significava o atraso, do qual São Paulo precisava fugir em nome do “progresso”, como escreve Florestan Fernandes:

Em consonância com esse processo, que acompanhava com apreciável atraso processo análogo ocorrido previamente nas camadas dominantes, as instituições “oficiais” passaram a exercer pressões mais definidas e drásticas contra os elementos culturais que pareciam perpetuar um “estado de ignorância” e de “incultura”. A igreja católica tornou-se, progressivamente, mais severa com as “crendices populares” e com as “manifestações profanas” que circundavam as práticas religiosas nas camadas populares. A Escola primária (com as outras instituições

educacionais) imprimiu uma organização mais eficiente à difusão e à democratização decorrentes do “saber erudito”. A polícia aumentou o rigor da pressão a atividades que poderiam parecer “perniciosas” ou “impróprias” em uma “cidade civilizada”. Por aí a fora. Ao mesmo tempo em que desapareceria o clima moral propício à avaliação social positiva do folclore, despontaram várias influências adversas à sua perpetuação e ao seu poder sobre a vontade ou a imaginação dos homens (FERNANDES, 2003, p.29-30).

As instituições sociais transformaram as manifestações folclóricas em algo vergonhoso, sem nenhuma funcionalidade na sociedade urbana atual, sensação parecida à que têm hoje filhos e netos de congadeiros, catireiros e foliões, que estudam o folclore em agosto na escola e não conseguem associá-lo à sua história. Portanto, quem continua errando com o folclore brasileiro? Todos nós, e, principalmente, os educadores que comemoram o *halloween* e não conseguem enxergar que, ao lado da sua escola, na periferia, existem catireiros, congadeiros e foliões que abençoam no dia 06 de janeiro as casas humildes dos alunos.

Precisamos, urgentemente, buscar um sentimento de resistência, como o que fez Dona Sebastiana Segunda, em Santo Antônio de Pádua, norte fluminense, reagir contra uma proibição do padre à dança do caxambu, que acontecia em torno da igreja construída no terreno da família de Dona Sebastiana, pois o religioso a considerava profana. Apesar de a pequena igreja estar cercada por grades e fechada com cadeado a mando do vigário da região, todos da comunidade, no dia 13 de maio, se deslocam até esse espaço e dançam o caxambu, liderados por Dona Sebastiana:

A “festa de D. Sebastiana”, como é conhecida, encerra uma grande roda de Caxambu, em “homenagem a São Benedito”. É desnecessário dizer que este ritual não conta, em nenhum momento, com a presença de qualquer sacerdote. A inserção de D. Sebastiana no Caxambu deve-se à sua participação nesta expressão desde a tenra idade. Lembra-se das rodas promovidas por suas bisavós, depois avós, os pais. Hoje ela está com seus filhos e netos na mesma roda. Mesma? “A dança é feita para São Benedito, e pra divertir, como antigamente. Mas tem outra coisa: o povo conhece a gente por causa do Caxambu: tem gente que só respeita nós por causa dele. Se não fosse isso, quem ia ligar pra preto?” (CHAUÍ *apud* FRADE, 1997, p.22-3)

Acredito que, através desta leitura, seja possível perceber que o folclore não possui a função de isolar os homens das forças produtivas da sociedade; ao contrário, favorece amparo emocional e moral, dentro do ambiente tumultuado da cidade, constituindo elementos essenciais para a integridade da “civilização brasileira” e do patrimônio moral de um povo.

## **ABSTRACT**

*The purpose of this study is to identify and to demonstrate the linking that folklore establishes with culture and identity. We oppose to remembering folklore in the month of August only, as if folkloric manifestations were expressed by popular classes exclusively, not belonging to scholarship or to academic knowledge. Reflecting upon this view, we demonstrate how it is inconsistent, since the terms “culture” and “identity” are frequently included in academic knowledge.*

**KEYWORDS:** *Folklore. Identity. Culture. Opposition.*

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. *A inteligência do folclore*. 2.ed. Brasília: INL, 1974.

BENJAMIN, R. *Folclore no terceiro milênio*. Palestra apresentada no IV Seminário de Ações Integradas em Folclore, 31 ago. 2001. Disponível em: <<http://cmfolclore.sites.uol.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

BRANDÃO, C.R. *O que é folclore*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

FERNANDES, F. *O folclore em questão*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FRADE, C. *Folclore*. 2.ed. São Paulo: Global, 1997 (Coleção Para entender, III).

LIMA, R.T.de. *Abecê de folclore*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, J.L.dos. *O que é cultura*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

## BIBLIOGRAFIA DE APOIO

CÂMARA CASCUDO, L.da. *Dicionário do folclore brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1979.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. *Carta do folclore brasileiro*. Salvador: CNF, 1995. Disponível em: <<http://www.museodofolclore.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NAKAMURA, A.L. Evolução do conceito de folclore. *Anuário do 38º. Festival do Folclore de Olímpia (SP)*, n. 32, p.4-11, 2002.

SANT'ANNA, J. Festival do Folclore: festa do amor. *Anuário do 38º. Festival do Folclore de Olímpia (SP)*, n. 32, p.3, 2002.